É proibido falar de PED?

15/11/2016

O Diretório Nacional (DN) do PT jogou uma ducha de água fria em quem acreditava em mudanças no partido. Decidiu que haverá um Congresso em abril de 2017, mas com delegados eleitos pelos métodos do Processo de Eleições Diretas (PED).

Pepe Vargas

A construção do consenso em torno da ideia de realização de um Congresso não aconteceu sem percalços. Logo ao surgir foi fortemente questionada por setores da corrente majoritária do partido.

Na visão deles, mesmo com o PT acometido por grave doença e respirando por aparelhos seguir-se-ia o calendário normal do partido e realizar-se-ia o PED para renovar as direções. Para estes setores, o temporal da AP 470, o furacão da lava-jato, o terremoto do impeachment, seguido do tsunami eleitoral são meras ocorrências. Tudo se resume a um ataque da direita contra o PT e precisamos cerrar fileiras, sem questionar a fundo o que nos levou a tal situação. Uma rara alienação social, para qualquer observador que não conhece os meandros da burocracia partidária.

O Movimento Muda PT, integrado pelas correntes minoritárias do partido, propunha um Congresso com plenos poderes, com delegados eleitos a partir de Congressos Municipais, buscando superar os vícios inerentes ao PED.

A adesão de Lula à proposta de realização do Congresso foi decisiva para a aprovação de sua realização pelo DN. Mas, à maneira do príncipe de Falconeri em “O Leopardo” de Lampedusa, a corrente majoritária aceitou uma mudança para que tudo fique igual.

A eleição dos delegados ao Congresso através do método do PED permite a manutenção de práticas que precisam ser abolidas definitivamente da vida partidária, como o abuso do poder econômico via pagamento de mensalidades de filiados, combinado com o transporte destes eleitores, uma versão petista dos tradicionais currais eleitorais. Que tipo de partido se constrói com tais métodos?

Para coroar o processo o DN decidiu que o Congresso pode tudo, menos discutir o PED. Poderemos até mesmo mudar o nome do partido, por mais absurdo que isto possa parecer menos pensar e deliberar sobre formas de participação dos filiados distintas do PED.

Em resumido texto distribuído há poucos dias citei cinco mudanças para corrigir problemas que corroem a imagem do PT, dificultam a resistência ao golpe, ao desmonte do estado e das políticas sociais e a própria defesa do seu legado histórico:

1) um novo pacto programático, socialista e radicalmente democrático;

2) uma nova política de alianças, em consonância com o novo pacto programático;

3) um novo método de escolha das suas direções, que supere o método do PED;

4) uma narrativa sobre a ética partidária e as acusações de corrupção contra filiados ao partido, distinguindo eventuais condutas ilícitas dos casos em que há perseguição política;

5) instituir mecanismos de controle social interno sobre as finanças do partido.

A defesa destas mudanças não desconhece que o PT é atacado pela classe dominante e seus aparatos de dominação menos pelos erros do que por seus acertos no governo, ao promover a inclusão social e o desenvolvimento soberano do país. Mas também reconhece que sem mudar o PT não conseguirá cumprir o papel de instrumento de emancipação da classe trabalhadora brasileira e de esperança para as novas gerações que lutam por democracia e direitos de cidadania.

Não se trata de fazer uma disputa para substituir a velha maioria por uma nova maioria, de trocar um tipo de hegemonismo por outro, de mudar quem controla o aparelho do partido, nem de demonizar indivíduos ou correntes internas. Por ação ou omissão todos concorremos para chegar ao ponto que chegamos. Sem autocrítica e disposição para desbloquear as correntes internas atuais e seus vínculos de fidelidade não faremos as mudanças necessárias.

O desafio é realizar uma nova síntese política, a partir da pluralidade e diversidade que ainda caracterizam o PT. É preciso reencantar a juventude e a intelectualidade que se afastaram da vida partidária. É decisivo instituir mecanismos de diálogo com os novos movimentos sociais.

A decisão do DN demonstra o quanto é difícil mudar o PT. Mas é preciso continuar lutando para mudá-lo. Os que sabem a necessidade desta mudança precisam mobilizar os filiados para participar do Congresso e coibir práticas incompatíveis com a ética e a democracia interna. Esta é a tarefa e precisamos dizer, como na música de Caetano Veloso, que é proibido proibir.

Pepe Vargas é Deputado Federal PT-RS, foi ministro do Desenvolvimento Agrário, das Relações Institucionais e dos Direitos Humanos, nos governos Dilma Rousseff e prefeito de Caxias do Sul-RS.

Compartilhe nas redes: